



PL 2015/2019
00007

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

EMENDA CAE N° DE 2019
(Ao PL n° 2.015, de 2019)

Acrescente-se, onde couber, ao art. 10 da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, na forma proposta pelo art. 1° do PL n° 2015, de 2019, o seguinte parágrafo:

“§ X – Exclui-se da tributação prevista no *caput* deste artigo a distribuição de lucros ou dividendos, pagos ou creditados pelas microempresas e empresas de pequeno porte em geral, observado o limite de receita bruta auferida em cada ano-calendário equivalente ao estabelecido no inciso II do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem por foco aditar parágrafo ao art. 10 da Lei n° 9.249, de 26/12/1995, para excluir do fato gerador impositivo as empresas com faturamento anual até o limite máximo fixado na LC n° 123/2006, relativo ao teto para enquadramento das micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional.

Atualmente estamos falando em um universo de aproximadamente 5 milhões de CNPJs, com faturamento até R\$ 4,8 milhões.

Segundo dados levantados pelo SEBRAE, com base no CAGED, os pequenos negócios responderam pela criação de 326,6 mil novos empregos, no acumulado dos cinco primeiros meses de 2019, representa 35 vezes mais que os empregos gerados pelas médias e grandes empresas. As MPEs são responsáveis por 52,2% dos empregos gerados no país.

Comerciantes, industriais, construtores, médicos, contadores, analistas de sistemas, engenheiros, comunicadores, prestadores de serviços das mais diversas naturezas são empreendedores que dinamizam a economia do país.



SF/19425.35536-22



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

Preservar da tributação de dividendos dos empreendedores até o limite do SIMPLES, e outros enquadrados em outros regimes, mas com faturamento dentro do limite equivalente ao teto do SIMPLES é assegurar condições para o ampliar o empreendedorismo e garantia da paz social.

Depois de mais de quatro anos de uma severa crise econômica, é preciso ainda a sensibilidade do legislador pois as empresas ainda estão fragilizadas e seus empreendedores necessitam de fôlego para manutenção e criação de novos negócios e geração de novos empregos.

Sala da Comissão,

Senador IZALCI LUCAS
PSDB/DF



SF/19425.35536-22